



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO -
CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ANA JACQUELINE NUNES

GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONGO-PB:
análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino
Fundamental Manoel Alves Campos

Sumé – PB, 2013

ANA JACQUELINE NUNES

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONGO-PB:
análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino
Fundamental Manoel Alves Campos**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, sob orientação da Profa.Msc. **Sheylla de Kassia Silva Galvão.**

Sumé – PB, 2013

N972g Nunes, Ana Jacqueline.

Gestão da educação no Congo-PB: análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel Alves Campos. / Ana Jacqueline Nunes. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

23 f, il, graf.

Orientadora: Professora Mcs. Sheylla de Kassia Silva Galvão.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo) – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Unidade Acadêmica de Educação do Campo; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Gestão da Educação.
3. Políticas Públicas. I. Título.

CDU: 37:35(045)

ANA JACQUELINE NUNES

GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONGO-PB:

análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel Alves Campos

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

Sheylla de Kassia Silva Galvão

Nota (7,3)

Prof. Msc. Sheylla de Kassia Silva Galvão
Prof. Orientador

[Assinatura]

Nota (7,3)

Prof. Msc. Luiz Antônio Côelho da Silva
Prof. Examinador 01

[Assinatura]

Nota (7,3)

Prof. Examinador 02

Profª Maria da Conceição de Mirand

Nota Final (Média)

Nota (7,3)

Aprovada em 29 de abril de 2013.

RESUMO

A gestão da educação é um dos pontos fundamentais na gestão pública e dissemina-se em várias instâncias da administração. A preocupação com a gestão da educação é cada vez mais crescente, partindo do entendimento de que o investimento em educação é um dos pilares para o desenvolvimento socioeconômico do país. Sendo assim, este trabalho pretende a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel Alves Campos, localizada no município do Congo-PB, avaliar como tem acontecido a execução do PPP no que diz respeito as praticas pedagógicas, identificando possíveis problemas na realização das políticas nele propostas e a, posterior, servir como orientação para a melhoria dessas propostas, resultando assim em um maior grau de eficiência na realização das propostas pedagógicas. Este trabalho é caracterizado como um estudo de caso, desenvolvido a partir de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e utilização de técnica de entrevista, além de coleta dos dados documentais. A partir da análise dos dados, podemos constatar, especialmente, que novos conceitos educacionais, presentes no PPP em questão, não estão integrados à prática cotidiana pedagógica da escola. Também que há dificuldade na articulação com outros setores da administração pública e que a própria concepção de políticas públicas fica prejudicada ou não bem compreendida por parte dos profissionais envolvidos no processo educacional.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico. Gestão da Educação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The management of education is one of the fundamental points in public administration and spreads in various government bodies. The concern of management education is increasingly growing, on the understanding that investing in education is one of the pillars for the socioeconomic development of the country. Thus, this work aims at the analysis of the Policy Project (PPP) of the Basic State School Manoel Alves Campos, located in the municipality of Congo-PB, analyze how educational policies have been implemented in the municipality and which theoretical-pedagogical conceptions are adopted for this purpose. This work is featured as a case study, developed from a descriptive qualitative approach and use of technical interview, and documentary data collection. From the data analysis, we note especially that new educational concepts present in the PPP in question, are not integrated into everyday teaching practices in school.

Also there is difficulty in articulation with other sectors of the public administration and the very concept of public policy is impaired or not well understood by the professionals involved in the educational process.

Keywords: Political-Pedagogic Project. Management Education. Public Policy.

INTRODUÇÃO

A Gestão da Educação é uma das áreas mais debatidas e polêmicas da Administração Pública, especialmente após a consolidação da concepção de que o desenvolvimento humano e socioeconômico está intrinsecamente ligado a execução das práticas educacionais e a elevação do nível de escolaridade dos cidadãos. A boa gestão pública parte da implementação de políticas públicas que solucionem as demandas apresentadas pela população de determinado local, especialmente as demandas de igualdade social e consecução dos direitos sociais. Assim, a educação aparece como um dos elementos essenciais e mais delicados no processo de gestão da *res pública*, compreendido como elemento primordial na manutenção da qualidade de vida.

Desta forma, sabemos que o Projeto Político Pedagógico(PPP) busca e serve como um norte para organizar as atividades escolares, e uma relação entre presente e futuro, serve como um mapa para chegar a um futuro almejado. Segundo Veiga, (2010, p. 12) “o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas.” O PPP reflete as concepções didático-pedagógicas adotadas pelos educadores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

É no PPP que se demonstra o desenho institucional adotado pela escola, as fundamentações teórico-pedagógicas e as pretensões de desenvolvimento almejadas pela escola.

Sendo assim, não basta apenas elaborar um PPP, é preciso apresentar a possibilidade de atingir os objetivos propostos, as metas nele descrito e, sobretudo, que os objetivos propostos estejam relacionados com estratégias concretas de execução dos mesmos, sendo necessário que o PPP reconheça os limites da ação educacional e a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo educacional. Assim, é importante que o PPP preveja aspectos relativos aos valores que se deseja instituir na referida escola.

Nesta perspectiva, este trabalho tem por objetivo geral avaliar como tem acontecido a execução do PPP no que diz respeito as práticas pedagógicas. E tem como objetivo específico a identificação de problemas na realização das estratégias propostas pelo PPP, pretendendo, *a posteriori*, servir como orientação para a melhoria dessas propostas, resultando assim em um maior grau de eficiência na realização das questões pedagógicas.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é , também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2010, p, 13).

O PPP de uma escola não é só construído e executado, é, também, reformulado a medida que as práticas pedagógicas são executadas e os sujeitos envolvidos participam ativamente desta execução. Assim, é possível comprovar se o que foi inicialmente proposto é viável ou deve ser substituído no intuito de alcançar os objetivos propostos.

Nesta perspectiva torna-se evidente a necessidade de se realizar estudos desta natureza, com o intuito de analisar a devida importância de um PPP, qual a sua contribuição para a escola, suas contribuições para uma boa gestão escolar e consecutivamente uma maior eficiência na gestão Pública Municipal. Partindo da concepção de que uma Gestão pública parte da implementação de políticas públicas que solucionem as demandas apresentadas pela sociedade de uma determinada região, especialmente as demandas de igualdade social como: saúde, educação, moradia, entre outros direitos que são assegurados pelo Estado.

Assim, o PPP analisado baseou-se em alguns conceitos e categorias, os quais foram esmiuçados neste trabalho, no intuito de melhor compreendê-lo. Desta forma, partimos, no próximo item, Revisão de Literatura, à alguns elementos conceituais que nortearam a análise do PPP.

Lembrando que, os elementos conceituais servem como diretrizes na orientação da trajetória de atuação dos profissionais da escola, na escolha das práticas pedagógicas utilizadas e no desenvolvimento das atividades educacionais como um todo, visando o desenvolvimento pleno da comunidade escolar e da sociedade em geral, ponto abordado como finalidade do processo pedagógico desempenhado pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos.

Depois passamos a descrição da metodologia adotada, a qual trata-se de uma pesquisa analítica com abordagem qualitativa. Especificamente, este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, haja vista que foi analisada apenas uma escola em um município, o Congo pertencente ao estado da Paraíba. Esta pesquisa utilizou-se

de análise documental e técnica de entrevista com a dirigente da escola, a fim de elucidar pontos controversos ou imprecisos do PPP.

Após percorrer os procedimentos metodológicos iremos dar seguimento a apresentação dos dados e a, conseqüente, discussão resultante dos mesmos e da análise realizada juntamente com a revisão de literatura, o que nos permitirá esboçar algumas considerações a respeito do trabalho.

Portanto, passemos ao trabalho em si, já que a base estrutural do mesmo já foi explicitada.

REVISÃO DE LITERATURA

GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação no Brasil não desenvolve-se de forma linear e contínua. É antes de mais nada um emaranhado de políticas governamentais periodizadas e com características bem definidas.

Assim, Bello (2001) afirma que a história da educação no Brasil começou em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, iniciando-se assim um processo de mudanças significativas na cultura e organização do país. No entanto, essa educação era movida por intenso sentimento religioso da fé cristã e que durou pouco mais de 200 anos. O modelo escolar jesuíta fundamentava-se na criação de inúmeras escolas que tinham como objetivo direto ensinar a ler, contar e escrever. Contudo, isto era apenas parte de sua ação, pois sua prioridade era a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios em todo o país reconhecida por sua qualidade. Esta divisão entre educação básica e secundária revelava uma divisão de classe presente na organização da escola jesuíta. Aos indígenas, foco das primeiras escolas jesuítas, bastava apenas o letramento e o desenvolvimento da habilidade de realizar pequenas operações matemáticas, geralmente ligadas a execução prática dos trabalhos de construção civil e comércio em geral. A educação secundária, mais sofisticada, inclusive com o ensino de línguas e de uma formação humanística referia-se aos rapazes oriundos das classes médias e alta que pudessem ocupar cargos e posições de comando na sociedade e, também, ao clero. Ambas as modalidades educacionais (Básica e

Secundária) estavam alicerçadas na difusão das ideias e concepções de mundo cristãs, exclusivamente católicas.

Entretanto, em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias, gerando um grande problema na educação. Só em 1808, com a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, a educação e a cultura tomaram um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Ainda no período imperial foram implantadas as primeiras escolas públicas de educação básica, o chamado primário.

Segundo Santos (2012), com a primeira Constituição do país, em 1824 inicia-se o debate em torno dos problemas educacionais e da necessidade de estruturação do ensino no país, inclusive com a proposição em 1826 de um projeto de lei instituindo os três níveis de educação no país, partindo da ideia de que o desenvolvimento do país necessitava de mão de obra qualificada e de um mínimo grau de erudição e letramento.

Houve um período de estagnação da educação nos primeiros anos de instauração da República, apesar da realização de duas grandes reformas na educação, a Reforma Couto Ferraz que regulamentou o ensino privado e a Reforma Leôncio de Carvalho que ampliou a liberdade dos currículos escolares. Contudo, a décadas de 1930, com o advento da Revolução de 30 surgiram as primeiras menções a criação das diretrizes para a educação e ao Ministério da Educação e Saúde. Estas diretrizes anos depois darão início a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961. (VIEIRA, 2003).

No período militar, a iniciativa se deu ao redor do letramento de jovens e adultos, devido aos altos índices de analfabetismo no país. Assim, foi implantado o Movimento Brasileira de Alfabetização (MOBRAL), substituído atualmente pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A educação brasileira passou por grandes transformações nas últimas décadas, transformações estas que possibilitaram o aumento do número de pessoas com acesso às escolas. No entanto, estas transformações não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional. Até os dias atuais, o planejamento educacional tem sido reformulado constantemente, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países que buscam seu desenvolvimento no mundo, ou seja, baseando-se no desenvolvimento pessoal, de forma física, psicológica, intelectual, interação social e cultural de um indivíduo nas mais diversas formas de expressão e

construção do conhecimento. Sem ela não somos capazes de quase nada, e principalmente da inserção do mercado de trabalho.

De acordo com Malheiro (2005) referindo-se ao relatório da UNESCO para o ano de 2001, a educação no Brasil ainda corre para alcançar patamares adequados para um País que demonstra tanto vigor em outras áreas, como por exemplo, a economia. O nosso atual modelo de educação está passando por certa estagnação, que segue um padrão "arcaico", sem inovações, ultrapassado, ainda muito presente em países subdesenvolvidos como o nosso, que além de estarmos atrasados em nossa política educativa ainda possuímos outros problemas críticos, que interferem de forma direta no desempenho dos alunos das escolas públicas, como é o caso da fome e da pobreza.

A educação é considerada um dos passos mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, pois é através do conhecimento que um país pode crescer. E quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola esteja inserida. Portanto, educação significa a forma como os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são repassados de uma geração para outra, através das experiências e das situações vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida.

Desta forma, uma nação só pode ser desenvolvida se seus habitantes forem desenvolvidos, não basta apenas promover o desenvolvimento econômico. Este, antes de mais nada, deve vir associado ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades humanas, sendo a educação a responsável por este desenvolvimento. Assim sendo, um olhar sobre as políticas educacionais torna-se necessário até chegarmos a análise do Projeto Político-Pedagógico da escola, o qual propomos avaliar neste trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

O conceito de Políticas Públicas é discutido em todas as áreas do conhecimento. No entanto, no âmbito da Ciência Política e do Serviço Social a temática ganha destaque. Políticas públicas é o conjunto de planos e programas de ação governamentais que tem por objetivo traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, para a melhoria da sociedade. De acordo com SECCHI (2010), uma política pública possui dois elementos importantes: intencionalidade pública e resposta a um problema

público. Em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

As políticas públicas são formadas por ações desencadeadas pelo Estado, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com as Organizações Não Governamentais (ONGs), atualmente denominadas de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e também dos setores privada. É dever de o Estado propor ações que gere melhorias na condição de vida da sociedade por meio de políticas públicas principalmente para a mais pobre, que são sempre os mais antigos.

É através das Políticas Públicas que são desenvolvidas ações governamentais que dirimem sobre determinada demanda da sociedade. Contudo, a plena implementação desta política só ocorre se houver integração entre os sujeitos envolvidos, no caso Estado, escola e sociedade.

Ao pensarmos em políticas públicas para educação, estamos pensando em como formar cidadãos críticos que exigem os seus direitos, e que sejam corresponsáveis pela sua comunidade e sabem das necessidades da mesma. A Escola ou o ambiente escolar não basta ser somente um espaço onde se colocam pessoas, mas se faz necessário que seja um espaço de socialização, onde se comunica um determinado valor, em que as pessoas entram num ambiente e sentem-se acolhidos independentemente da sua condição financeira e social.

As Políticas Públicas em Educação fazem parte do conjunto das políticas sociais, ou seja, de caráter social, no Brasil a responsabilidade pela educação se divide entre os governos federal, estadual e municipal, mas também conta com a presença do setor privado. As políticas educacionais como qualquer outra política pública, implicam em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos, grupos e instituições e tendo como meta construir uma correlação entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses.

BASE CONCEITUAL PEDAGÓGICA DO PPP

Além dos conceitos já abordados e do breve resgate histórico das políticas educacionais no Brasil, o PPP da Escola baseia-se em conceitos como Interdisciplinaridade, Pluralidade, Inclusão, Crescimento e Desenvolvimento Cognitivo, Afetivo, Psicomotor e Social. Assim, passaremos a conceituação destes elementos a fim de proporcionar um maior esclarecimento a nossa análise do material documental coletado.

a) Interdisciplinaridade

O conceito de Interdisciplinaridade começa a ser elaborado na França e na Itália, por volta da década de 1960, a partir dos movimentos estudantis e de uma reformulação dos estatutos da universidade e da escola, que lutavam por uma reestruturação que rompesse com a ideia de educação fragmentada herdada do modelo cartesiano aplicado a educação.

Desta forma, a Interdisciplinaridade iniciou-se, especialmente no Brasil, balizada sobre o conceito de *totalidade* ou *educação totalizadora*. (FAZENDA, 1994). Inicialmente, virou um modismo utilizar a noção de Interdisciplinaridade para se referir a um novo modelo de educação que visasse a agregação de conhecimentos de várias áreas acerca de determinado assunto, de forma a garantir uma visão geral ou total do fenômeno estudado.

A compreensão da categoria *totalidade concreta* em contraposição à *totalidade caótica, vazia*, é imprescindível para entendermos a interdisciplinaridade como necessidade imperativa na construção do conhecimento social. A totalidade concreta, como nos adverte KOSIK (1978), não é tudo e nem é a busca do princípio fundador de tudo. Investigar dentro da concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui. A historicidade dos fatos sociais consiste fundamentalmente na explicitação da multiplicidade de determinações fundamentais e secundárias que os produzem. (FRIGOTTO, 2008, p. 44)

Interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas. Assim, a educação não pode preocupar-se somente com fatores relacionados às matérias, cabendo aos professores trabalhar alguns conceitos como a vida cidadã, a preservação do meio ambiente, o

respeito às diferenças entre as pessoas, procurando, desta forma, formar cidadãos críticos, que saibam lutar pelos seus direitos ao passo que respeitam o direito dos demais, tornando-se, nesta perspectiva, mais uma das tarefas da escola.

A interdisciplinaridade busca relacionar as disciplinas no momento de enfrentar temas de estudo, oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitudes que visam garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas. É através do ensino interdisciplinar, dentro do aspecto histórico-crítico, que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade em sua complexidade.

A produção de idéias, de representações da consciência está, de início, diretamente entrelaçado à atividade material e com o intercâmbio material. (...) os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente, e o ser consciente dos homens é seu processo de vida real. (MARX e ENGELS, 1986 apud. FRIGOTTO, 2008, p. 49)

A interdisciplinaridade tornou-se cada vez mais presente no discurso e na prática de professores possibilitando assim a formulação de um saber crítico-reflexivo, saber esse que deve ser valorizado cada vez no processo de ensino-aprendizado, ela busca superar a fragmentação entre as disciplinas, no momento de enfrentar temas de estudo tendo como objetivo articular saber, informação, experiência, meio ambiente, escola, comunidade, resultando em um fazer coletivo e solidário na organização da escola.

Segundo Oliveira (2010), “a interdisciplinaridade começou a ser abordada no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71.” A partir deste momento o conceito de Interdisciplinaridade consolidou-se nas práticas e temáticas educacionais, especialmente na nova LDB Nº 9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Ao discutirmos a questão da interdisciplinaridade na educação não há como tratá-la a não ser no âmbito das ciências sociais. O campo do educativo constitui-se, enquanto objeto da produção do conhecimento e enquanto prática docente desocialização do conhecimento, no interior das ciências sociais. Isto decorre do fato de serem os processos educativos constituídos nas e pelas relações sociais sendo eles mesmos constituintes destas relações. (FRIGOTTO, 2008, p. 42)

Não só a Interdisciplinaridade está presente nos documentos e marcos regulatórios da educação brasileira, ela está presente nas práticas pedagógicas adotadas no cotidiano escolar. A interdisciplinaridade é elemento crucial na formulação dos currículos e na integração entre a sociedade e o ambiente escolar, bem como na formação do cidadão reflexivo, tarefa última na escola.

b) Pluralismo

Sociedade pluralista é formada por vários setores de poder, inexistindo, portanto, um único órgão responsável por proferir as decisões administrativas e políticas. Ou seja, a corrente pluralista se opõe à tendência de unificação do poder, que é característica da formação do Estado moderno.

Nesse sentido, Maués (1999) afirma que, em seu sentido mais amplo, o pluralismo identifica-se com a aceitação das diferenças de crença e valores, que fundamentam a eleição de diversos modos de vida pelos indivíduos.

As sociedades modernas alcançarem esse objetivo supremo da democracia, precisam educar seus membros desde o início nas regras do jogo, valores e normas democráticas a partir das bases e desde o início da vida do indivíduo na sociedade. A educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania, a partir do conhecimento adquirido na escola, o aluno se prepara para a vida em sociedade, passando a ter o poder de se transformar e de modificar o mundo onde vive. (FREITAG, 1996, p, 20).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 adotou diversos dispositivos constitucionais buscam assegurar a concepção de pluralismo tais como: artigo 5º, inciso IV (liberdade de pensamento); artigo 8º (liberdade de associação profissional ou sindical); artigo 17 (liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos); artigo 45 (proporcionalidade na composição da Câmara) dos Deputados; artigo 206, inciso III (pluralismo de ideias e concepções pedagógicas), é importante ressaltar que uma sociedade pluralista é aquela em que as diferentes crenças e valores de cada indivíduo são respeitados.

O Pluralismo visa uma interdependência entre os diversos setores sociais, evitando assim que haja uma concentração de poder demasiadamente em alguns órgãos. No Brasil o pluralismo é inerente aos objetivos da própria constituição, onde prever a

construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garantido assim o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e o bem estar de todos (artigo 3º, da Constituição Federal de 1988).

c) Inclusão

Uma sociedade inclusiva é aquela em que reconhecemos todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania, e oferecemos oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada, independente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, orientação sexual ou deficiência.

Leis têm sido criadas para a garantia desses direitos, o que já é um grande passo, mas, mesmo assim nós excluímos as pessoas que consideramos diferentes. Segundo Paulo Freire só o oprimido tem o germe da libertação, e é quem pode libertar o opressor.

A sociedade deve fugir da simples afirmação da igualdade de todos perante a lei, como garante o art. 5º da Constituição Federal onde todos são iguais perante a lei, garanta também assim o acesso ao lazer, à cultura, à educação, à saúde e à moradia. São as chamadas ações afirmativas em favor das minorias que, até o presente, não tiveram sequer acesso à oportunidade de acesso à cidadania.

d) Crescimento Cognitivo, Afetivo, Psicomotor e Social

Ao falarmos em Crescimento cognitivo afetivo psicomotor e social, é importante ressaltar que esse desenvolvimento depende do meio no qual o indivíduo está inserido, próximo de onde se encontra o nível mais complexo e elaborado do sistema cognitivo.

A cognição é um processo com vistas à aquisição de novos conhecimentos e abrangem a percepção, a memória, a imaginação, o raciocínio e a solução de problemas, no processo ensino-aprendizagem a psicomotricidade visa contribuir de forma pedagógica para o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista o aspecto mental, psicológico, social, cultural e físico. Fonseca (2009) defende que a psicomotricidade é uma prática que contribui para o pleno desenvolvimento da criança no ensino-aprendizagem, que favorece os aspectos físicos, mental, afetivo-emocional que contribui para a formação da sua personalidade.

Acredita-se que as atividades de psicomotricidade possam ser trabalhadas no contexto escolar de forma a melhorar a aprendizagem do aluno. A psicomotricidade juntamente com as atividades de esporte, dança e teatro promovem o pleno

desenvolvimento das habilidades psico-emocionais do indivíduo, contribuindo para a formação humanística dos sujeitos no ambiente escolar.

Agora passemos aos aspectos metodológicos, ou seja, como esta pesquisa foi realizada.

METODOLOGIA

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, este trabalho é caracterizado como um estudo de caso, que segundo Gil (2009, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. E foi desenvolvido a partir de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e utilização de técnica de entrevista, além de coleta dos dados documentais. Para Goode e Hatt (1969, p.237 apud Lakatos e Marconi 2010, p.179), a entrevista “consiste no desenvolvimento da precisão, focalizando, fidedignidade e validade de certos atos sociais como a conversação.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos, localizada na Rua Senador Rui Carneiro s/n Congo/PB, pertencente à rede Estadual, entidade mantedora e responsável pelo Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Ensino Médio Normal, nos três turnos (manhã, tarde e noite).

A entrevista foi realizada com a diretora da referida escola, no mês de março de 2013, buscando elucidar pontos importantes do PPP da escola. Desta forma, a partir do material documental passou-se a realização da entrevista como suporte para compreensão deste material, juntamente com a Fundamentação Teórica, que possibilitou o entendimento sobre os pontos fundamentais e conceituais nos quais o PPP da escola foi elaborado e está sendo implementado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município do Congo possui 4.687 habitantes, segundo dados do IBGE (2010)

Congo	0.631	0.692	0.693	0.509
-------	--------------	-------	-------	-------

e ocupa uma área de 333 km² na região do Cariri Paraibano, caracterizada pela presença do bioma Caatinga



Fonte:<http://pt.wikipedia.org>

Segundo dados da Federação das Associação de municípios da Paraíba (FAMUP), o município do Congo possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.631, conforme ilustrado no quadro a seguir.

Município	IDH	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)
-----------	-----	--------------------------------------	-----------------------------	------------------------

Fonte:<http://famup.com.br>

O Congo apresenta, ainda segundo a FAMUP, Taxa de Alfabetização de Adultos de cerca de 0.649 e Taxa Bruta de Frequência Escolar de 0.781.

A Escola Estadual Manoel Alves Campos possui um total de 497 alunos matriculados e distribuídos no Ensino Fundamental II (267 alunos), no EJA Médio (71 alunos), no Ensino Médio (159 alunos) que participam de cinco ou seis aulas por dia. Sendo vinte (20) turmas distribuídas em 3 turnos de funcionamento (manhã, tarde e noite). Os alunos são oriundos da zona urbana e da zona rural do município.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos integra a 5ª GRE de Monteiro-PB, atualmente, conta com vinte turmas distribuídas nos três turnos e com 45 funcionários. Sendo 32 professores, 03 agentes administrativos, 07 serviços gerais, 03 pessoas na equipe gestora, dispõem ainda de 04 turmas do programa

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano										
Município ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
CONGO		3.3	3.4	***		3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

Obs:

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410.

*** Sem média na Prova Brasil 2011.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Revisando os Saberes (com 40 alunos). A seguir vemos a fachada da escola.



Foram responsáveis pela elaboração do PPP analisado neste trabalho, a Gestora da Escola: Ana Rita Jordão Pereira, a Diretora Adjunta: Adriana Bezerra da Silva e, a Secretária: Aparecida Cesária Silva.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), podemos observar que a rede estadual de educação atuante no Congo apresenta o seguinte panorama, conforme quadro a seguir.

O Ideb foi criado no ano de 2007, tendo como principal meta medir a qualidade educacional de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador do Ideb é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em taxas de aprovação em avaliações nacionais e regionais.

O Ideb é medido numa escala que varia de zero a dez (0 a 10). Com relação a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos, observamos que o Ideb alcançado pela escola varia em média na casa dos 3.0 pontos e tem como meta projetada atingir no ano de 2021 a casa dos 5.3 pontos. Para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso a frequência, aprendizado e aprovação do aluno na série/ano que está cursando. Ressalta-se que a nota 6.0 é correspondente ao índice da qualidade de ensino nos países desenvolvidos.

Desta forma, o primeiro passo para traçar metas é o planejamento, que só pode ser elaborado a partir de um diagnóstico da situação educacional da escola, juntamente com a análise das políticas públicas que possam ser empregadas para a execução do planejamento. Assim, este primeiro passo é a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, documento que deve conter não só as metas que se deseja alcançar, bem como as estratégias para a consecução das mesmas.

O PPP define e indica caminhos a serem seguidos por uma escola para que possa ter um ensino com qualidade. Toda escola tem seus objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar, esse conjunto de aspirações são os elementos principais de um PPP, os meios para concretizar estes objetivos, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (VEIGA apud GADOTTI, 2010, p.12).

Portanto, um PPP tem por objetivo orientar a prática de produção da realidade, mas para isso, é preciso primeiro conhecer essa realidade, refletir sobre ela, para depois

planejar as ações para a construção da realidade desejada. Segundo Veiga (2010, p, 13) “nesse sentido deve considerar o projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade”.

É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educadores. É nessa perspectiva que a Escola Estadual Manoel Alves Campos criou seu PPP para o ano de 2012, considerando os dados obtidos no ano de 2009, já que no ano de 2011 a escola ficou sem média na Prova Brasil.

O objetivo da Escola Estadual Manoel Alves Campos é tornar aquele ambiente um espaço diversificado para atividades intelectuais, artísticas e esportivas e de lazer, voltado para a construção coletiva do conhecimento, com espaços e tempos flexíveis, no qual professores e alunos tenham oportunidade de trabalharem juntos, em pequenos grupos, nos conteúdos conceituais, de acordo com seus interesses, criando suas próprias metodologias e construindo a partir delas os seus conceitos a serem compartilhados com todos.

É preciso desenvolver o senso crítico do aluno da sua realidade, como também com a realidade da comunidade na qual ele se encontra inserido, respeitar a realidade social, cultural e econômica dos demais.

O projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. (VEIGA, 2010, p. 14)

Os conteúdos procedimentais são trabalhados no dia a dia através da organização da escola, tendo sempre em vista a participação de todos os envolvidos no processo educativo, ou seja, toda a comunidade escolar, através dos professores, pais de alunos, alunos, e funcionários, denominados no PPP de seguidores, norteados pela perspectiva interdisciplinar, a partir da execução de projetos temáticos orientados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

O PPP da Escola Estadual Manoel Alves Campos está construindo a partir de conceitos como a concepção de cidadãos, educação transformadora, além da interdisciplinaridade, como demonstra o trecho a seguir.

Propomos uma dinâmica de interdisciplinaridade no ensino através de Projetos Temáticos a partir dos PCNs, onde o aluno possa ser agente desenvolvedor do processo em todas as etapas do procedimento e desenvolvimento metodológico, despertando o interesse dos educandos na perspectiva de avanços qualitativos de apropriação do conhecimento, através de conteúdos críticos e reflexivos, frente às determinadas problemáticas presentes em todo contexto social. Por meio de múltiplas linguagens artísticas, entre as quais a fotografia, o vídeo, a literatura, a música e a dança, esta atividade se propõe a abordar os direitos humanos de maneira transversal e interdisciplinar, levando os estudantes a refletirem e a dialogarem sobre seus direitos e responsabilidades em quanto¹ protagonistas de uma sociedade livre, pluralista e inclusiva, a partir do contexto escolar e social no qual estão inserido². (PPP, 2012, p. 6).

No entanto, como o PPP não deve apenas ser construído a partir de conceitos. Concomitante a sua elaboração devem ser construídas estratégias que concretizem o planejamento inicial de forma a permitir que os conceitos pedagógicos e humanísticos se transformem em forma de equidade entre os envolvidos no processo através da ampliação dos mecanismos de inclusão.

Entretanto, ao questionarmos de que forma se dá a participação dos seguimentos envolvidos na execução do PPP da escola, descobriu-se que se dá através de reuniões pedagógicas, palestras e seminários, que na maioria das vezes não consegue integrar a comunidade escolar como um todo e acaba se resumindo a capacitação dos professores.

“Envolvendo a comunidade escolar num processo de aprendizado coletivo, através de palestras, seminários, reuniões pedagógicas, bem com a construção dos conceitos de ética e cidadania.” (Gestora da Escola).

O PPP apresenta uma visão coerente com a proposta de formar cidadãos críticos através do desenvolvimento de projetos que consigam, nas palavras da Gestora da Escola:

¹O termo “em quanto” está reproduzido conforme encontra-se no PPP da Escola Estadual Manoel Alves Campos.

²A palavra “inserido” também está reproduzida conforme o documento original.

“Humanizando o processo educativo, proporcionando aos jovens uma formação integrada que articule o ensino aos valores, cultura, as novas tecnologias se adequando ao meio em que vivemos. De forma permanente, contínua.”(Gestora da Escola).

O objetivo geral de cada um cada projeto é:

“Envolver a comunidade escolar num processo de aprendizado coletivo através de projetos interdisciplinares. Coleta seletiva e sensibilização pela limpeza da escola torna o ambiente escolar agradável despertando a consciência, apto a limpeza e a coleta seletiva.”(Gestora da Escola).

Entretanto, estas propostas ou projetos do PPP, como Horta Escolar, Difusão da cultura afro-brasileira, entre outros são, acabam sendo implantados de forma insatisfatória, já que a frequência é de apenas uma vez ao ano.

A ideia norteadora destes projetos é a promoção da articulação entre os valores culturais e as novas tecnologias educacionais, especialmente possibilitando a adequação ao meio em que vivemos, ou seja, a nossa realidade. A contextualização da educação para a vivência no semiárido torna-se um importante elemento de inclusão social, ao passo que promove a consecução dos objetivos individuais através da compreensão e colaboração para o alcance dos objetivos coletivos.

“Sabemos que as escolas tem deveres a cumprir tais como os conteúdos programáticos, porem os mesmos são adaptados a realidade local as quais nossa escola está inserida dentro de um contexto elaborado”.(Gestora da Escola).

A concretização dos objetivos individuais e coletivos é possível de ser pensada e efetivada a partir da perspectiva interdisciplinar, na qual os vários saberes se somam na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento regional e sustentável.

Os projetos se propõem mais do que transmitir os conteúdos programáticos previstos para o ano letivo. Propõem despertar o interesse pelas questões sociais a fim de formar agentes críticos para atuarem na sociedade. Contudo, estes projetos necessitam de frequência, já que tratam-se de projetos educativos e informativos, que visam sensibilizar os alunos, ou seja, que visam conscientizá-los de novas práticas e práticas adequadas de sustentabilidade e respeito a diversidade étnico-cultural.

A escola também busca priorizar temas sociais da atualidade, como drogas, sustentabilidade e sexualidade, criando projetos que possibilitem trabalhos na escola, no intuito de que estes projetos ou sua prática internalizada a partir de sua efetivação seja incorporada, não só pelo público assistido pela escola, mas sim por toda a sociedade. Assim, a escola oportuniza as ações que priorizam o processo ensino aprendizagem, articulando conteúdos específicos a realidade social do município.

“Por meio da realidade de projeto interdisciplinares que tiveram vigor na realidade do município, como exemplo o projeto “Drogas e Sexualidade na Adolescência”.(Gestora da Escola).

Segundo a Gestora, esse processo acontece:

“Por meio de investigação, interesse dos alunos e relevância social do tema.”(Gestora da Escola).

A missão do PPP é “assegurar um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar formando cidadãos capazes de agir constantemente na transformação da sociedade.” (PPP, 2012, p. 10).

Assim, um dos principais objetivos da escola é aumentar o índice de rendimento escolar atribuído pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Estado da Educação (SEE), oferecendo aos alunos reforço pedagógico nos contra-turno, além de reforçar as ações pedagógicas nos próprios turnos cursados através de programas como o Mais Educação.

Contudo, a Escola Manoel Alves Campos, assim como as demais escolas da região não oferece aos seus alunos uma estrutura adequada a realização de atividades extraclasse, tanto que não recebeu ainda o projeto do Ensino Médio Inovador. Na realidade, dos vinte e sete (29) municípios que integram a região do cariri paraibano, apenas três implantaram o Ensino Médio inovador e até o momento sem estrutura adequada para tal finalidade. A exemplo das demais escolas da região³, a Escola Manoel Alves Campos não possui estrutura adequada para o desenvolvimento de práticas culturais e artísticas. Desta forma a escola torna-se pouco atrativa na tentativa de

³ Apenas os municípios de Monteiro, Serra Branca e Sumé implantaram o Ensino Médio Inovador. Contudo, nenhum dos três municípios realizou reformas e nem investimento na estrutura física ou aquisição de material esportivo ou cultural, bem como capacitação dos profissionais envolvidos neste processo.

conquistara adesão do alunado aos seus projetos, especialmente nos aspectos de esporte e cultura.

O PPP traz como Visão de Futuro, o desejo de ser uma escola de referência no cariri, especialmente quanto a qualidade do ensino que ministra, pela participação, planejamento, equidade, solidariedade e compromisso para com toda a comunidade. (PPP, 2012, p.10)

Apesar de constar no PPP a preocupação em se tornar uma escola de referência e apontar em quais aspectos se dará esta referência, o PPP não indica como isto será alcançado. Ao ser perguntada como a escola pretende se tornar referência na região, a gestora respondeu que:

“A escola teve claras suas metas e isso faz com que sabemos e busquemos a eficiência. Muito embora o financeiro ainda está longe de alcançarmos, mas por outro meios vivemos trabalhando para que nosso sonho torne-se realidade.”(Gestora da Escola)

Também perguntamos se essa visão de “escola de referência no cariri”, trata-se de um desejo ou um projeto, pois o PPP não deixa claro os meios ou estratégias para alcançar este fim.

Trata-se duas visões projetos e desejos pois o indivíduo que não sonha é não busca esta “morto”. (Gestora da Escola)

Podemos observar que não fica claro no PPP a diferença entre o sonho, o desejo de construir uma escola melhor e as formas para a realização deste sonho. Vale salientar que uma escola de qualidade, ou a qualidade na educação, é alcançada a partir do combate a evasão escolar, no aumento dos índices de aprendizado dos alunos, na promoção da participação da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas, bem como nas atividades da proposta pela escola.

A escola de qualidade tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em síntese, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar” (VEIGA 2010 p, 17 apud DEMO, 1994, p. 19)

A participação da comunidade escolar nos assuntos administrativos e pedagógicos da escola é um dos aspectos abordado no PPP, que se detém, especialmente, sobre a questão da Democracia, haja vista que um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico de uma escola é a promoção da democracia. Sendo a Democracia é um elemento fundamental para um ensino de qualidade. Ao perguntarmos a respeito de como a escola promove a Gestão Democrática, obtivemos a seguinte resposta:

“Contando com a participação de todos corpo docente discente, comunidade, conselho escolar, transparência nas prestações de contas e decisões que envolva os interesses de todos.”(Gestora da Escola)

Contudo, apesar da promoção da participação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, e da transparência dos gastos da escola, o que demonstra uma preocupação com a realização do *accountability*, não são realizadas eleições para escolha da direção da escola. Assim, podemos afirmar que não há uma gestão democrática por completo, a exemplo de outras escolas da região, assim como dos demais profissionais que compõem a administração pública, em sua maioria, a ocupação do cargo de direção escolar é feita ainda por indicação política.

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares. (VEIGA, 2010, P.17-18).

A literatura e o debate atual indicam que é inviável para a integração social da comunidade escolar que os gestores escolares não sejam escolhidos através de mecanismos democráticos, especialmente através da eleição. Assim, concordamos com Veiga (2010, p. 15), quando ela afirma que:

O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade.

Ao questionar sobre como ocorre o processo de formação continuada dos professores, descobrimos que este também é bem restrito por parte da escola, resumindo-se ao planejamento didático através da SEE (Secretária de Estado da Educação), órgão que norteia as ações das Escolas Estaduais e a uma especialização oferecida aos sábados.

Os temas trabalhados pelo PPP, como respeito, direitos humanos e diversidade, por exemplo, partem de sua abordagem nas práticas pedagógicas da escola, sendo que as discussões a respeito da temática proposta inicia-se no planejamento seguido de reuniões administrativas até chegar a comunidade em geral.

O PPP prevê a formação de cidadãos críticos capazes de atuar na transformação da sociedade. Porém, esquece-se de elencar as obrigações do Estado para com o fomento da escola, restringindo-se ao estudo dos conteúdos programáticos, apenas adaptando-os superficialmente à realidade local.

Uma das metas buscada pela escola e proposta pela PPP é tornar a escola uma referência no currículo. Todavia, esta meta se distancia sobremaneira na prática, haja vista que a própria gestão escolar admite ter consciência de que isso é impossível, pois não há condições financeiras o suficiente para isso.

Sobre o aspecto de avaliação pedagógica, o PPP da escola propõe a adoção de um tipo de avaliação pouco conhecido, a chamada “avaliação espontânea”. Porém, não explicita o seu significado e nem sua finalidade. Ao ser questionada sobre o assunto, a diretora da escola não conseguiu explicar o seu significado, nem tampouco como ocorre esse processo de avaliação. Este fato indica que muitos dos conceitos pedagógicos presentes no PPP não refletem uma discussão coletiva e inicial realizada pelos profissionais que atuam na escola, nem tão pouco pela comunidade escolar como um todo.

Para que a construção do projeto político pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e realizar o fazer pedagógico de forma coerente. (VEIGA, 2010, p, 15)

Com relação às principais dificuldades enfrentadas pela escola, a direção da escola indica que o número reduzido de funcionários em todas as categorias e o espaço físico inadequado para se ampliar as atividades pedagógicas, especialmente para

implantação do Ensino Médio Inovador, aparecem como os principais entraves para a aplicação do PPP na forma como o próprio PPP propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de analisar o PPP Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos surgiu a partir das leituras realizadas sobre o tema. Desta forma, podemos considerar que a escola concebe o PPP como um planejamento em que todos devem participar com o mesmo objetivo, o de melhorar a qualidade do ensino oferecido pela escola, onde serão traçadas os caminhos que desejam percorrer.

O PPP representa a possibilidade de compartilhar responsabilidade para que a partir daí possa se alçar desenvolvimento, ou seja, todos fazem sua parte de forma que venha a contribuir para a transformação da realidade da escola.

É possível afirmar que o PPP é um tipo de planejamento do trabalho que se tem a intenção de realizar algo em ações futuras. Contudo, os objetivos nele propostos precisam ser claros, sempre considerando a realidade da escola. Entretanto, no caso analisado, o PPP da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Alves Campos, visualizamos que em algumas partes seus objetivos não ficam claros, como também as formas de alcançá-los, ao mesmo tempo que propõe ações consideradas impossíveis de se realizarem, pois não condiz com a realidade financeira da escola.

Um bom PPP precisa, antes de tudo, conhecer os limites e as possibilidades da referida escola. Só a partir desse conhecimento é que é possível definir os princípios que irão nortear as ações que serão estabelecidas para o desenvolvimento de uma educação com qualidade. Também é possível constatar que a respeito da gestão escolar democrática, a escola do Congo ainda precisa mudar sua forma de gestão, já que seu PPP prevê uma gestão democrática. No entanto, isso não é efetivado na sua administração. Ainda percebemos que a composição do quadro de funcionários da escola se dá através de indicações políticas.

Portanto, para se superar a fragmentação existente no trabalho pedagógico da escola no município do Congo é imprescindível que se tenha clareza dos objetivos do PPP e do caminho que será percorrido para alcançar os mesmos, pois uma boa gestão da educação parte da habilidade em conhecer, coordenar, realizar e avaliar o PPP, tornado

este o elemento norteador dos anseios da escola, de forma que possibilite a concretização das expectativas individuais e coletivas de desenvolvimento.

Assim, a implementação do PPP passa a ser uma obrigação de todos que compõem a escola, alunos, gestores, funcionários, professores, pais de alunos, para que no final a escola seja o ambiente de preparação para a vida em sociedade através do desenvolvimento das habilidades de planejamento e execução de projetos que aumentem e possibilitem a qualidade de vida de todos os envolvidos.

Esperamos ter atingido nosso objetivo neste trabalho, que é analisar as contribuições que o Projeto Político Pedagógico pode dar a realização de uma boa gestão escolar.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas.**(Col. Pedagogia em Foco) Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 23/04/2013.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 15 ed. Campinas: Papyrus. 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FORTUNATI, José. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONTANA, Roseli. CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997. (Col. Formação do Educador).

FREITAG, Bárbara. **Escola. Estado e sociedade.** 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980. (Coleção educação universitária)

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE. V.10. no 1. 2008. P 41-62.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, MirzaSeabra.(orgs).**Educação escolar. Políticas, estruturas e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Docência em Formação).

MALHEIRO, João. **Projeto político-pedagógico: utopia ou realidade?** Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais. Vol. 13 no. 46. Rio de Janeiro. Jan/Mar. 2005.

MAUÉS, Antônio Gomes Moreira. **Poder e Democracia: o pluralismo político na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Síntese, 1999.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Interdisciplinaridade.** 2010. Acessível em <http://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade>. Acesso em 23/04/2013.

PARO, Vitor Henrique, **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino.** São Paulo: Ática, 2001. 120p. (Col. Educação em ação).

SANTOS, AdécioMachando dos. Políticas Educacionais no Brasil. Educare. Vol. 1 no. 1. 2012. p. 6 a 16.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: CengageLarning, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 28 ed. Campinas: Papirus. 2010. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VIEIRA, Sofia Lerche. FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Plano Editora, 2003.